



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

RESOLUÇÃO Nº 309 /2012
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO
86ª SESSÃO ORDINÁRIA EM: 11/06/2012
PROCESSO Nº 1/0030/2011
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/201020676
RECORRENTE: GERDAU AÇOS LONGOS S.A.
RECORRIDA: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA
RELATOR: Conselheiro Antônio Luiz do Nascimento Neto

EMENTA: ICMS – VENDA PARA CONTRIBUINTE BAIXADO DE OFÍCIO. 1. Comprovada a venda de mercadorias para contribuinte baixado do Cadastro Geral da Fazenda. 2. Violação ao artigo 92 c/c art.170, inciso II, alínea “I” do Decreto 24.569/97. Aplicação da penalidade inserta no art. 123, inciso III, K da Lei 12.670/96, alterada pela Lei 13.418/03. 3. Recurso voluntário conhecido e improvido. Auto de Infração julgado **procedente, por maioria.**

RELATÓRIO

O auto de infração, do presente Processo Administrativo Tributário, relata a seguinte acusação fiscal:

" ENTREGA, REMESSA, TRANSPORTE OU RECEBIMENTO DE MERCADORIAS OU BENS DESTINADOS A CONTRIBUINTE BAIXADO DO CGF. CONTRIBUINTE EMITIU DIVERSAS NOTAS FISCAIS TENDO COMO DESTINATÁRIOS CONTRIBUINTE BAIXADOS DO CADASTRO DO CGF/SEFAZ-CE, EM DATAS ANTERIORES AS REFERIDAS OPERAÇÕES, CONFORME DETALHAMENTO CONTIDO NAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PRESENTE."



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

DEMONSTRATIVO

Base de Calculo	R\$ 57.957,92
Multa	R\$ 11.591,58

Dispositivos infringidos: Artigo 92, combinado com o art. 170, inciso II, alínea "i" do Decreto nº 24.569/97 com penalidade inserta no Art. 123, "k" da Lei nº 12.670/96 com as alterações da Lei nº 13.418/2003.

- Nas informações complementares de fls. 03 e 04, os agentes fiscais detalharam os procedimentos utilizados na ação fiscal.

Instruem os autos os papéis de trabalho que substanciaram o Auto.

O contribuinte impugnou o lançamento depois de pedido de prorrogação do prazo, conforme se infere às fls. 80 a 83.

Alega em sua defesa a improcedência do feito, porque a empresa não tem obrigação de consultar o SITE da SEFAZ ao emitir cada nota fiscal até porque o comprador exhibe documento que comprovação a sua regularidade e que se tratando de um documento público não pode se negar fé.

Alega ainda a decadência do feito, pois o Estado deveria ter constituído o crédito tributário em agosto de 2005.

Em primeira Instância, o Julgador Singular contesta todos os argumentos de defesa e decide-se pela PROCEDENCIA do feito.

É o relatório.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT**

VOTO DO RELATOR

O crédito tributário correspondente a R\$ 11.591,58 (onze mil quinhentos e noventa e um reais e cinquenta e oito centavos) exigido no presente auto de infração decorre da acusação de que a empresa emitiu diversas notas fiscais tendo como destinatários contribuintes baixados do cadastro da SEFAZ – CGF, em datas anteriores as referidas operações.

O Julgamento de 1ª instância pugnou pela Procedência do feito.

Procedidas vistas no conteúdo documental dos autos, verifico de pronto que as razões aduzidas pelo contribuinte não tem o condão de ilidir o feito.

De início, convém consignar que a questão se restringe ao exame de mérito da demanda, e desde já afasto a preliminar de decadência suscitada pela recorrente, pois aplica-se ao caso a norma do art. 172, inc. I, do CT, que diz do direito da Fazenda Pública de constituir o crédito tributário após 05(cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, ou seja, o prazo decadencial só se inicia no primeiro dia do exercício seguinte a ocorrência dos fatos geradores, em relação ao imposto que não foi declarado pelo sujeito passivo.

Assim, a inexistência de pagamento de tributo que deveria ter sido lançado por homologação por parte do sujeito passivo enseja a prática do lançamento de ofício.

Dessa forma, como o lançamento foi emitido em 23.11.2010, está dentro do prazo de 05 anos estabelecido pela lei, que somente se encerrava em 31.12.2010.

Num primeiro momento há que se pensar que o ato da autuada não causou prejuízo ao Fisco. No entanto, num segundo momento, este ato por ser muito danoso ao fisco, ao observar que as empresas destinatárias se encontravam baixadas do CGF e como tais, não poderiam mais adquirir produtos em nome de pessoa jurídica. Como, essas empresas ao efetuarem a venda das mercadorias adquiridas, emitirão notas fiscais "frias", posto que elas perderam sua validade por ocasião da baixa cadastral, causando prejuízo ao fisco em virtude de que o imposto devido não será recolhido.

Verifica-se assim que é legítima a exigência da inicial, posto que a autuada infringiu os dispositivos do art. 170, inciso II, alínea "I" do Decreto 24.569/97.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

Feito Fiscal.

Decido-me, portanto perla manutenção da Procedência do

É como Voto.

DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é **Recorrente** Gerdau Aços Longos S/A e **Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância**. A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Voluntário, para assim decidir em relação a preliminar arguida em grau de recurso: Em relação à decadência do direito do Fisco efetuar o lançamento aos fatos ocorridos antes de novembro/2005: - Afastada por maioria de votos, entendendo à situação, de aplicação de multa, e não de cobrança de imposto, o disposto no art. 173, I do CTN. Foram votos contrários ao relator, os Conselheiros Samuel Aragão Silva, Agatha Louise Borges Macedo e Filipe Pinho da Costa Leitão. **No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** proferida em 1ª Instância, considerando tratar-se de infração tributária objetiva, independente de culpa ou dolo, conforme dispõe a legislação em seu art. 874, combinado com o art. 877 do Decreto 24.569/97; onde não há necessidade de apurar a vontade do infrator. Nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Esteve presente para sustentação oral do recurso, o representante legal da recorrente, Dr. Schubert de Farias Machado.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

Sala das Sessões da 2ª Câmara do Conselho de Recurso Tributários, em
Fortaleza, 24 de julho de 2012.


Alfredo Rogério Gomes de Brito

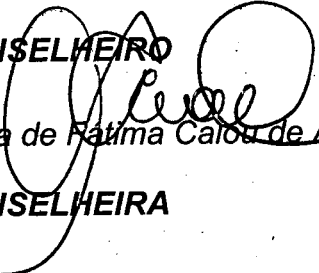
PRESIDENTE


Abílio Francisco de Lima


CONSELHEIRO


Francisco Wellington Ávila Pereira

CONSELHEIRO


Lúcia de Fátima Calou de Araújo

CONSELHEIRA


Valter Barbalho Lima


CONSELHEIRO


Ubiratan Ferreira de Andrade

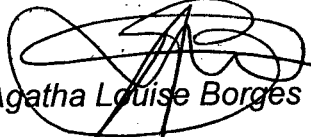
PROCURADOR DO ESTADO


Antônio Luiz do Nascimento Neto

CONSELHEIRO RELATOR


Filipe Pinho da Costa Leitão

CONSELHEIRO


Agatha Louise Borges Macedo

CONSELHEIRO

Samuel Aragão Silva

CONSELHEIRO

Processo: 1.0030-2011 – Ai nº 1-2010.20678